



**PASSADOS
DIVERSOS:
PRESENTES
COMPLEXOS,** a
Arquitetura como
elemento de
Património de
Proximidade



MIA | ISMAT ismat



INSTITUTO SUPERIOR
MANUEL TEIXEIRA GOMES



**PASSADOS DIVERSOS: PRESENTES
COMPLEXOS,** a **Arquitetura** como
elemento de Património de
Proximidade

FICHA TÉCNICA

título

PASSADOS DIVERSOS: PRESENTES COMPLEXOS, a Arquitetura como elemento de Património de Proximidade.

data

2021, abril

editor

ISMAT - INSTITUTO SUPERIOR MANUEL TEIXEIRA GOMES

coordenação

ANA BORDALO

edição gráfica

ANA BORDALO

isbn

978-989-97781-8-4



ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA

Rui Manuel Loureiro

PREÂMBULO

Ana Bordalo

- p.1 **"PASSADOS COMPLEXOS: FUTUROS INCERTOS": DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS 2021**
Margarida Donas Botto
- p.3 **REVISITANDO O ESTUDO DE PROSPEÇÃO E DEFESA DA PAISAGEM URBANA DO ALGARVE: AO REENCONTRO DO *SENTIDO DO LOCAL***
Vitor Ribeiro
- p.5 **OS LUGARES DA NOSSA MEMÓRIA: REVISITANDO O ESTUDO DE CABEÇA PADRÃO PARA O ALGARVE**
Isabel Ildfonso Valverde
- p.10 **RUA DOS ARCOS, Albufeira**
David Matos
- p.12 **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, Tavira**
Dercio Gonçalves
- p.14 **CASA MANUEL TEIXEIRA GOMES, Portimão**
Diogo Gregório
- p.16 **HABITAÇÕES, Ferragudo | Rua Afonso de Albuquerque, nºs 26 a 58**
Hugo Reis
- p.18 **FÁBRICA DO INGLÊS, Silves**
Jaime Ferreira
- p.20 **TEATRO MUNICIPAL DE PORTIMÃO | Tempo**
Luca Hontau
- p.22 **IGREJA DO DIVINO SALVADOR, Alvor | Igreja Matriz**
Pedro Castelo Xavier

NOTA DE ABERTURA

RUI MANUEL LOUREIRO

DIRETOR DO ISMAT

O ISMAT ministra em Portimão, desde há muitos anos, um curso superior de Arquitectura, que primeiro foi de licenciatura e depois, por ação do Processo de Bolonha, passou a mestrado integrado. É um curso com pergaminhos, que formou já duas centenas e meia de arquitetos, que exercem a sua atividade no Algarve, certamente, mas também em muitas outras regiões de Portugal, da Europa, do Mundo.

Tem sido uma das preocupações constantes das sucessivas direções deste curso superior, envolver os estudantes, futuros arquitetos, com o meio envolvente, nas muitas valências que a Arquitectura pode abranger. Vale o princípio fundamental de que o ensino universitário não pode dispensar uma ativa ligação à sociedade em que está inserido, no sentido de analisar a realidade, recolher desafios, trabalhá-los na prática académica, e propor e difundir soluções adequadas.

Por um lado, os estudantes do curso de Arquitectura preparam regularmente trabalhos académicos que abordam temáticas e problemas específicos da região Algarve, ou que respondem a desafios muito concretos, muitas vezes desenvolvendo estes trabalhos em estreita articulação com instituições e entidades sediadas em território algarvio. Por outro lado, existe também uma forte componente investigativa, que se materializou já em mais de centena e meia de dissertações de mestrado, que frequentemente abordam questões relacionadas com a arquitetura pública e privada, o património histórico construído, a organização urbana do Algarve. Trata-se de um espólio académico muito significativo, mas pouco conhecido, embora alojado em parte em repositórios académicos de acesso livre.

Desta vez, o curso de Arquitectura, sob a coordenação da professora Ana Bordalo, e em resposta a um desafio da Direção Geral do Património Cultural, relembra a obra algarvia do arquiteto Joaquim Cabeça Padrão, por ocasião da passagem do centenário do seu nascimento, e no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2021. Assim, o ISMAT marca presença, mais uma vez, no estudo e na divulgação das ligações entre o Algarve, a Arquitectura e o Património.

PREÂMBULO

ANA BORDALO

Diretora do MIA.ISMAT

PATRIMÓNIO DE PROXIMIDADE

PATRIMÓNIO URBANO

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

TEMPO

No contexto do centenário de nascimento do arquiteto Joaquim Cabeça Padrão, natural do Barreiro, responsável pela Secção de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana, da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, esta publicação revisita os estudos de “Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitetónicos notáveis, em áreas urbanas e marginais viárias, na Região do Algarve”, iniciados em 1965, com o objetivo de salvaguarda do Património e do Ordenamento do Território, num momento em que o Algarve começava a sofrer uma forte pressão urbanística, consequência do desenvolvimento da atividade turística, que ameaçava o Património Urbano e Arquitetónico local.

Da necessidade de valorizar essa memória surge, então, a necessidade de revisitar (o que ainda resta e o estado de conservação em que se encontra) o património, urbano e edificado, que o estudo identificou como “a valorizar” ou “a intervir”, uma vez que este nunca chegou a ser implementado. Neste contexto, sete estudantes do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA) do ISMAT fotografaram parte deste património, na atualidade, atribuindo quatro “palavras-chave” por registo, assentes na classificação estabelecida pelo estudo de Cabeça Padrão. Este registo é precedido de textos de enquadramento à ação do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2021, à problemática do património e à figura do arquiteto.

Esta não é a primeira vez que o MIA.ISMAT, trabalha a obra do arquiteto. Em 2011, no âmbito do Seminário da Reabilitação Urbana, promovido pela Câmara Municipal de Albufeira,

CABEÇA



os estudantes desenvolveram o logotipo, vencedor em concurso, que foi a imagem da exposição realizada sobre a obra do arquiteto. Outros estudantes foram, ainda, autores dos painéis da exposição, que percorreu o Algarve. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular Reabilitação Urbana, da responsabilidade da Arquiteta Isabel Valverde, a quem se deveu a descoberta, arquivo da Câmara Municipal do Barreiro, de vinte e um (dos quarenta e sete) estudos, que se consideravam perdidos. Desde então, o MIA.ISMAT, tem promovido diferentes linhas de investigação sobre o tema.

"PASSADOS COMPLEXOS: FUTUROS INCERTOS": DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS 2021

MARGARIDA DONAS BOTTO
Direcção-Geral do Património Cultural

PATRIMÓNIO

FUTURO

COMUNIDADE

O **Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (DIMS)** foi criado pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) a 18 de abril de 1982, com o objectivo de sensibilizar os cidadãos para a diversidade e vulnerabilidade do património cultural, bem como para a necessidade da sua protecção e valorização.

Todos os anos é proposto um tema diferente que procure inspirar o debate e a discussão em redor do património, mas também a celebração e a participação. Em 2021, o tema escolhido para o **DIMS** pelo ICOMOS Internacional é **PASSADOS COMPLEXOS: FUTUROS DIVERSOS**, e pretende promover uma reflexão sobre o passado - mais ou menos recente - através de abordagens distintas que suportem pontos de vista inclusivos e diferenciados, explorando a ideia de reconciliação - mas também de contestação e confronto de ideias - e o desejo de construir um futuro mais justo, mais responsável e mais diverso.

Num período marcado pela eclosão de uma pandemia à escala global, que abalou todas as estruturas da sociedade e pôs a nu muitas das fragilidades e desigualdades do mundo em que vivemos, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios assume uma relevância particular: apesar do seu carácter transnacional, comemorado por dezenas de países em todo o mundo, acaba por adoptar uma vertente singularmente abrangente, partilhado tanto pelos equipamentos mais prestigiados como por associações culturais e grupos recreativos das localidades mais remotas. Em todo o país, centenas de actividades - presenciais ou virtuais - comemoram o 18 de abril e a diversidade do património cultural, envolvendo entidades e comunidades na divulgação e protecção dos atributos, dos significados e valores que definem uma herança comum.

REVISITANDO O ESTUDO DE PROSPEÇÃO E DEFESA DA PAISAGEM URBANA DO ALGARVE: AO REENCONTRO DO SENTIDO DO LOCAL

VÍTOR RIBEIRO

Professor Auxiliar MIA.ISMAT

PATRIMÓNIO URBANO

PAISAGEM URBANA

ARQUITETURA POPULAR

SENTIDO DO LOCAL

Muitas das imagens fixadas no *Estudo de prospeção e defesa da paisagem urbana do Algarve* desenvolvido no final da década de 1960 por uma equipa de arquitetos da DGSU encabeçada por Joaquim Cabeça Padrão permitem-nos hoje observar a região, retrospectivamente, num momento charneira da sua história.

Um momento em que, embora sejam ainda visíveis algumas das suas “magníficas possibilidades potenciais” – que os muitos exemplos de “grande pureza arquitetónica popular” identificados no estudo atestam –, também as “sementes de perturbação” lançadas pelos “gaviões do negócio”, que haviam justificado o alerta lançado por Keil do Amaral em 1961 sobre o futuro da região, tinham já fincado bem as suas raízes.

Mas se estes estudos se revelarem inovadores e absolutamente fundamentais na defesa da paisagem e do património urbanos, em sintonia com os novos modos de olhar (e valorizar) a cidade que Gordon Cullen e Kevin Lynch haviam proposto no início dessa mesma década, e na consideração dos princípios da conservação e salvaguarda patrimonial nos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, não conseguem também esconder algumas limitações.

Desde logo, na preponderância que o contentor (imagem externa do edificado) assume em detrimento do conteúdo (condições de habitabilidade), sendo notória a ausência da dimensão social do problema, posto que a maior parte dos edifícios prospetados se reportam ao uso habitacional e o quadro que então se apresentava nesse domínio estava, sabemos-lo bem, longe de ser o mais digno.

Depois, numa conceção algo maniqueísta do património urbano, evidente na depreciação quer de alguns elementos ornamentais característicos (açoteias, platibandas, ou mesmo os fingidos e o uso da cor associados ao revestimentos

parietais), quer também das arquiteturas de influência moderna, mesmos que estas se apresentassem volumetricamente integradas.

Finalmente, no pouco realista volume dos trabalhos de correção preconizados, a que poderá ter ficado a dever-se, ainda que parcialmente, a inoperatividade e a inexequibilidade, não só económica, mas também política, das intervenções propostas.

Mas ainda que eventualmente excessivo, o voluntarismo das propostas não justifica, por si só, o esquecimento a que estes estudos foram votados durante décadas. Como não justifica o facto do Plano Regional do Algarve que lhes está na origem, e do qual constituíam uma três componentes fundamentais, nunca ter chegado a ser aprovado.

Hoje, meio século volvido, e ainda não totalmente reconhecido o valor do património urbano, no ano em que se comemora o centenário do nascimento de J. Cabeça Padrão, não só faz (ainda) todo o sentido visitar estes estudos, como nunca será de mais realçar a sua importância pioneira. Quanto mais não seja para, como bem sugere Françoise Choay, reencontrarmos nesta era da mundialização o *sentido do local*.

OS LUGARES DA NOSSA MEMÓRIA: REVISITANDO O ESTUDO DE CABEÇA PADRÃO PARA O ALGARVE

ISABEL ILDEFONSO VALVERDE

Assistente do MIA.ISMAT

PATRIMÓNIO URBANO
PAISAGEM URBANA
ARQUITETURA POPULAR
SENTIDO DO LOCAL

SOBRE JOAQUIM CABEÇA PADRÃO...

Joaquim Cabeça Padrão, nasceu no dia 26 de setembro de 1921, na rua do Ácido Sulfúrico, no Bairro da CUF, no Barreiro, e faleceu em 1993.

Em 1952, diplomou-se em Arquitetura e Urbanismo na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Em 1962, foi-lhe atribuída uma bolsa pelo Instituto de Alta Cultura e pelo British Council e partiu para Inglaterra e Escócia, onde estudou a preservação e recuperação de núcleos urbanos nestes países. Mais tarde, frequentou, em Salzburg, na Áustria, o seminário sobre «A Cidade e o Meio Urbano», com uma bolsa atribuída pela Comissão Cultural Luso-Americana.

Em 1956, ingressou na Direção de Serviços de Melhoramentos Urbanos da Direcção-Geral de Serviços de Urbanização (DGSU), do Ministério das Obras Públicas.

Em 1968, assumiu a chefia da Secção de Defesa e de Recuperação da Paisagem Urbana, então criada no seio da DGSU. A partir desta data, realizou quarenta e sete estudos de levantamento e caracterização patrimonial de núcleos urbanos (cidades, vilas e aldeias) para o Algarve, onde aplicou uma metodologia extremamente precisa, coerente e inovadora, à época, apresentando planos de intervenção para espaços públicos e terapêuticas de intervenção para edifícios a preservar. Neste contexto desenvolveu, ainda, colaborações regulares com várias Câmaras Municipais, nomeadamente no âmbito da elaboração de Programas de Salvaguarda do Património e Ordenamento do Território.

Em todos os serviços, por onde passou, desenvolveu uma profícua atividade, sendo autor de inúmeras propostas, estudos, pareceres sobre temas da sua especialidade, projetos de arquitetura e de espaços exteriores públicos. Participou, também, em vários

congressos, colóquios e encontros, nacionais e internacionais, onde se distinguiu pelo mérito e oportunidade das suas comunicações, muitas delas publicadas em atas.

Do trabalho realizado ficaram os estudos que, na segunda metade da década de 60, elaborou para o Algarve sob o título «Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitetónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve», quando chefiava a Secção de Defesa e de Recuperação da Paisagem Urbana da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) do Ministério das Obras Públicas (MOP).

SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO...

Na década de sessenta, iniciou-se um rápido processo de transformação na paisagem algarvia, despoletado pelo interesse turístico que a região começou a suscitar internacionalmente.

A contextualização dos seus trabalhos leva-nos, necessariamente, a recuar no tempo seis décadas: mais precisamente ao ano de 1962, em que o MOP encomenda, ao arquiteto Keil do Amaral, as Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve, sendo que no ano seguinte a DGSU, do MOP, define que os estudos que integrariam o Plano Regional do Algarve (PRA) seriam elaborados por um órgão executivo, com sede em Faro: «Gabinete Técnico do PRA» e assistido por um outro órgão consultivo regional: «Comissão Consultiva Distrital de Urbanização». A elaboração do PRA fica, assim, a cargo de uma equipa liderada pelo urbanista e professor do Politécnico de Milão: Luigi Dodi.

Em outubro de 1966 encontra-se finalizada a fase de Antepiano do PRA, que contemplava a realização de um conjunto de Estudos Sub-Regionais e o desenvolvimento de três estudos particulares: Ordenamento Agrário, Ordenamento Paisagístico e Prospecção e Defesa da Paisagem Urbana do Algarve.

E se o PRA, ainda hoje é citado e considerado como matéria fundamental para a compressão do que tem vindo a ser o desenvolvimento regional e como contributo na elaboração de estratégias futuras, já os estudos de Prospecção e Defesa da Paisagem Urbana do Algarve realizados entre 1965-1970 pela (DGSU) sob o título: «Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitetónicos notáveis, em áreas urbanas e marginais viárias, na Região do Algarve», foram por conveniência votados ao esquecimento, uma vez que enfrentaram resistências e não chegaram a ser devidamente divulgados junto dos municípios e respetivos técnicos, a que estes se destinavam.

Foi, então, que, em 1965, a DGSU, inicia um trabalho com vista à elaboração de 47 estudos (50 volumes), que correspondiam, em igual número, a cidades, vilas e aldeias do Algarve. O processo acabaria por se revelar moroso arrastando-se até 1970, simultaneamente, assistia-se, segundo as palavras de Cabeça Padrão que, então,

chefiava Secção de Defesa e de Recuperação da Paisagem Urbana da DGSU, a «uma monstruosa renovação urbana». Dos 50 volumes previstos, correspondentes aos 47 estudos, apenas foram executados 31, conhecendo-se o paredeiro apenas de 21 estudos, confiados ao Professor Doutor Carlos Vieira de Faria¹, que mais tarde os doou ao Arquivo Municipal do Barreiro.

Os 47 primeiros aglomerados a “prospetar” correspondiam a: Albufeira (concelho de Albufeira); Aljezur e Odeceixe (concelho de Aljezur); Azinhal e Castro Marim (concelho de Castro Marim); Estoi e Faro (concelho de Faro); Carvoeiro, Estômbar, Ferragudo, Lagoa e Porches (concelho de Lagoa); Almádena, Barão de São João, Bensafrim, Espiche, Lagos e Praia da Luz (concelho de Lagos); Alte, Loulé e Quarteira (concelho de Loulé); Monchique (concelho de Monchique); Fuzeta e Olhão (concelho de Olhão); Alvor, Mexilhoeira Grande, Portimão e Praia da Rocha (concelho de Portimão); S. Brás de Alportel (concelho de S. Brás de Alportel); Alcantarilha, Armação de Pêra, Pêra, S. Bartolomeu de Messines e Silves (concelho de Silves); Cabanas, Luz de Tavira, Santa Luzia e Tavira (concelho de Tavira); Barão de São Miguel, Budens, Burgau, Raposeira, Sagres, Salema e Vila do Bispo (concelho de Vila do Bispo); e Cacela e Vila Real de Santo António (concelho de Vila Real de Santo António).

Os trabalhos de levantamento e análise no terreno, apesar de terem sido atribuídos a Joaquim Cabeça Padrão, contaram com a participação dos arquitetos: Alfredo de Campos Matos, Romeu Pinto da Silva e ainda do sociólogo José Manuel da Silva Passos. Cabeça Padrão, no entanto, aparenta ter sido o mais ativo na primeira fase, tendo sido o autor de todos os estudos executados no 1º período e, ainda, de dois do 2º período. No 2º período, a autoria dos trabalhos é repartida por Campos Matos (Alte, Fuzeta, Monchique, Olhão, Praia da Luz e Silves), Silva Passos (Estômbar, Sagres e Vila do Bispo) e Pinto da Silva (Carvoeiro e Lagoa e talvez o de Burgau) e mantêm-se ainda desconhecida a autoria dos seguintes trabalhos: Aljezur, Odeceixe e Salema.

Importa, ainda, divulgá-los, trazer à discussão pública ao conhecimento do meio académico e dos técnicos, tratam-se de estudos pioneiros não só ao nível nacional como mundial, uma vez que constituem um conjunto documental singular e notável no contexto da evolução histórica dos conceitos e práticas de valorização e conservação patrimonial, em especial no que se refere ao património arquitetónico urbano de carácter vernacular, com a mais-valia de a sua extensa recolha fotográfica que fixará para a posteridade um momento histórico charneira considerando as profundas transformações já então em curso e que se acentuariam nas décadas subsequentes por força da, na altura, emergente indústria turística.

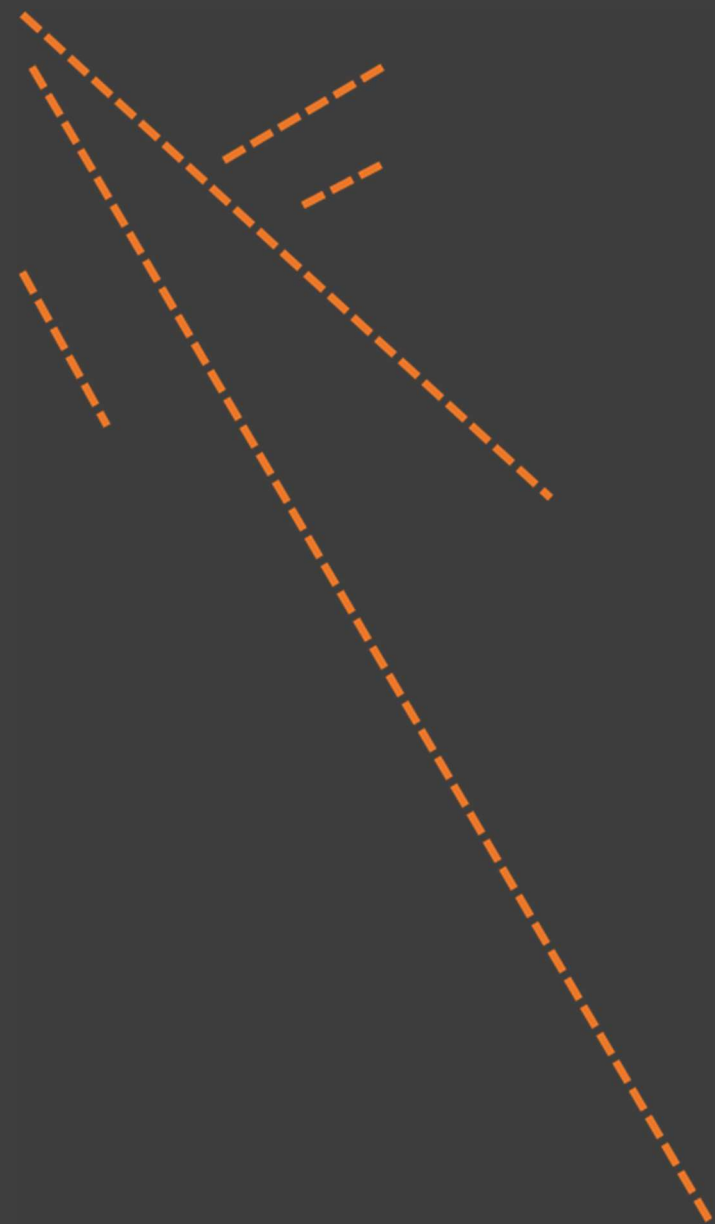
É urgente, estudar os contributos individuais, não menos importantes e, por vezes, até mais inovadores, de Alfredo de Campos Matos, Romeu Pinto da Silva e José Manuel da Silva Passos, nomeadamente, no que diz respeito às diferentes metodologias utilizadas na inventariação, bem como aos distintos conceitos em que sustentaram a

¹ Contemporâneo de Cabeça Padrão na DGSU, Sociólogo e Professor Jubilado da Universidade Lusófona

caracterização do património e justificaram as terapêuticas a aplicar. Estas diferenças de metodologias, posturas e procedimentos atestam, desta forma, que a riqueza dos trabalhos realizados que não se esgota no material produzido e vai mais além, designadamente, no que diz respeito às referências que conformam as bases teóricas de cada um dos autores, que até ao momento se desconhecem e não foram estudadas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RIBEIRO, Vítor; REIMÃO COSTA, Miguel; AGUIAR, José e VALVERDE, Isabel (2013). PROSPEÇÃO E DEFESA DA PAISAGEM URBANA DO ALGARVE (1965-70) - a arquitetura tradicional e a preservação do património urbano numa proposta pioneira da antiga DGSU, Congresso Internacional de Arquitetura vernácula, Casa das Artes, Arcos de Valdevez.



RUA DOS ARCOS, Albufeira

DAVID MATOS

1ºANO | 2º CICLO | MIA.ISMAT

ESPAÇO PÚBLICO

PAISAGEM URBANA

ARQUITETURA “ESPONTÂNEA”

INTERESSE PERSPÉCTIVO E ESPACIAL

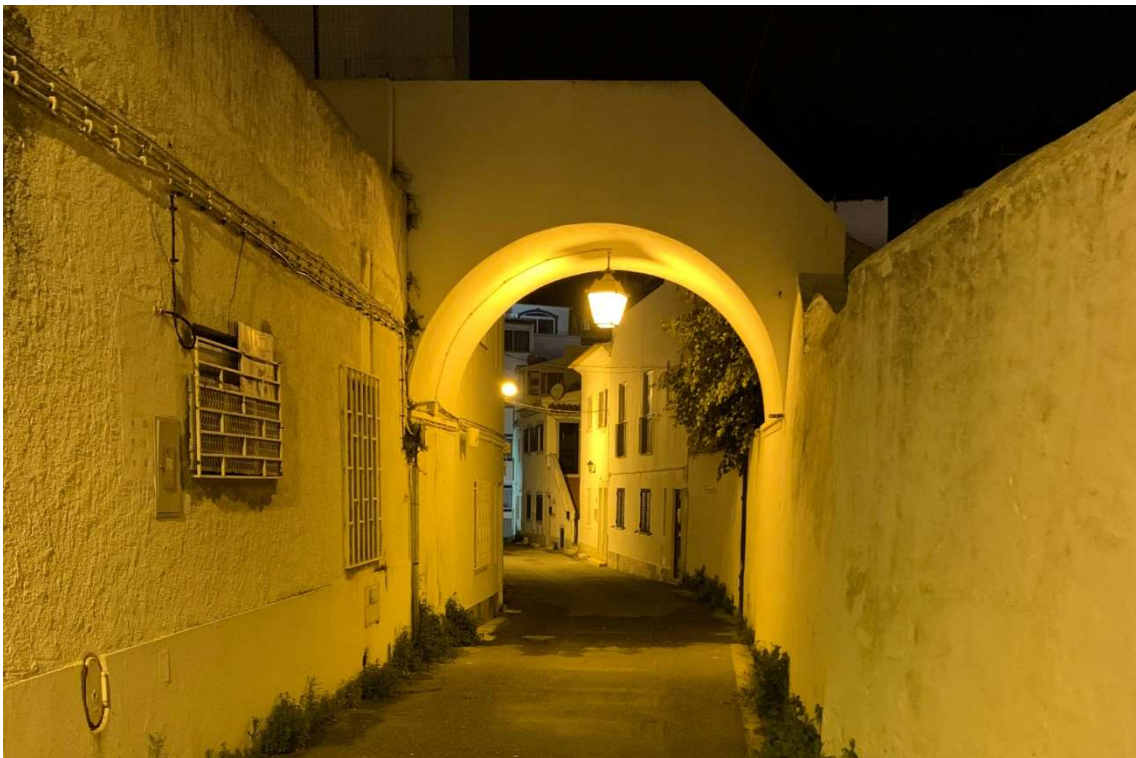


Figura 1
Rua dos Arcos [2021]
Noite



Figura 2
Rua dos Arcos [2021]
Dia

EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, Tavira

DÉRCIO GONÇALVES

1ºANO | 2º CICLO | MIA.ISMAT

TELHADOS “DE TESOURO”

ARQUITETURA ERUDITA

ARQUITETURA CIVIL

CONJUNTO URBANO



Figura 1

Rua da Liberdade [2021]



Figura 2
Casa Manuel Teixeira Gomes [2021]
Rua Serpa Pinto



Figura 3
Casa Manuel Teixeira Gomes [2021]
Rua Serpa Pinto

CASA MANUEL TEIXEIRA GOMES, Portimão

DIOGO GREGÓRIO

1ºANO | 2º CICLO | MIA.ISMAT

IMÓVEL DE INTERESSE CONCELHIO

ARQUITETURA “ESPONTÂNEA”

ARQUITETURA CIVIL

EDIFÍCIO



Figura 1

Casa Manuel Teixeira Gomes [2021]

Rua Júdice Biker



Figura 2
Casa Manuel Teixeira Gomes [2021]
Janela em arco geminada



Figura 3
Casa Manuel Teixeira Gomes [2021]
Corredor de entrada

HABITAÇÕES, Ferragudo

Rua Afonso de Albuquerque, nºs 26 a 58

HUGO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS REIS

1º ANO | 2º CICLO | MIA.ISMAT

CONJUNTO URBANO
ARQUITETURA VERNÁCULA
ESCADARIAS DE ACESSO ÀS HABITAÇÕES
ARQUITETURA "ESPONTÂNEA"



Figura 1
Rua Afonso de Albuquerque [2021]



Figura 2
Rua Afonso de Albuquerque [2021]



Figura 3
Rua Afonso de Albuquerque [2021]

FABRICA DO INGLÊS, Silves

JAIME FERREIRA

1ºANO | 2º CICLO | MIA.ISMAT

ARQUITETURA “ROMÂNTICA”

ARQUITETURA “ERUDITA”

ARQUITETURA INDUSTRIAL

EDIFÍCIO



Figura 1

Museu da Cortiça

Fonte: [Museu-da-Cortiça_fevereiro-2016_01.jpg \(1000x750\) \(sulinformacao.pt\)](#)



Figura

Fábrica do Inglês

Fonte: [Fábrica-do-Inglês-Silves-81.jpg \(975x648\) \(sapo.pt\)](#)

Nota:

O Edifício, atualmente, encontra-se fechado o que limita o acesso ao seu interior, no entanto, dada a importância do edifício para o tema do trabalho, optou-se por colocar fotografias disponíveis na internet.

TEATRO MUNICIPAL DE PORTIMÃO | TEMPO

Luca Hontãu

1ºANO | 2º CICLO | MIA.ISMAT

EDIFÍCIO

ARQUITETURA CIVIL
ARQUITETURA ERUDITA
NOTÁVEL TRAÇO



Figura 1
Teatro Municipal, Tempo [2021]
Largo Primeiro de Dezembro



Figura 2
Teatro Municipal, Tempo [2021]
Detalhe escada interior [obra de reabilitação]



Figura 3
Teatro Municipal, Tempo [2021]
Detalhe fachada

IGREJA DO DIVINO SALVADOR, Alvor

Igreja Matriz

PEDRO CASTELO XAVIER

1º ANO | 2º CICLO | MIA.ISMAT

PORMENOR “NOTÁVEL” (PORTAL)

“MONUMENTO NACIONAL PROPOSTO”

ARQUITETURA RELIGIOSA

EDIFÍCIO



Figura 1

Igreja do Divino Salvador [2021]



Figura 2
Igreja do Divino Salvador [2021]
Detalhe Portal



Figura 3
Igreja do Divino Salvador [2021]
Portal

